

LUCIO PICANÇO FACCI

# Meios Adequados de Resolução de Conflitos Administrativos

A Experiência da Câmara  
de Conciliação e Arbitragem  
da Administração Federal

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by Lucio Picanço Facci

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

F137m

Facci, Lucio Picanço.

Meios adequados de resolução de conflitos administrativos : a experi-  
ência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da administração federal /  
Lucio Picanço Facci. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

352 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 301-323.

ISBN 978-85-519-1163-1

1. Direito administrativo. 2. Direito processual civil. 3. Administração  
federal. 4. Advocacia pública. I. Título.

CDD 342

44-011-03

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	3
<b>Capítulo 1 – O Poder Público em Juízo e a Crise do Poder Judiciário no Brasil</b> .....	9
1.1. Poder Judiciário e crise: causas e efeitos.....	9
1.2. Poder Judiciário e o seu principal usuário: o Poder Público.....	23
1.2.1. Judicialização das controvérsias envolvendo a Administração Pública.....	26
1.2.2. Intransigência do Estado em juízo.....	40
1.3. O perfil da Administração Pública a partir da CRFB/88.....	43
1.3.1. A redefinição dos paradigmas do Direito Administrativo brasileiro.....	43
1.3.2. O cidadão como foco principal da Administração Pública.....	50
1.3.3. Novos limites para a autotutela administrativa.....	51
1.3.4. Convalidação de atos administrativos ilegais.....	54
1.4. Advocacia Pública na contemporaneidade e seus instrumentos para o controle do Poder Público.....	63
<b>Capítulo 2 – O Poder Público e os Meios Adequados de Resolução de Conflitos Administrativos</b> .....	73
2.1. Meios adequados de resolução de conflitos.....	73
2.1.1. Acesso à Justiça: primeiros estudos no Brasil.....	73
2.1.2. Acesso à justiça e os meios adequados de resolução de conflitos.....	77
2.1.3. A questão terminológica.....	81
2.1.4. Cultura jurídica vigente e a necessidade de sua transformação.....	84

2.2. Meios adequados de resolução de conflitos em espécie .....	93
2.2.1. Negociação .....	93
2.2.2. Conciliação.....	95
2.2.3. Mediação .....	100
2.2.4. Arbitragem .....	120
2.3. Utilização dos meios adequados de resolução de conflitos pelo Poder Público .....	127
2.3.1. Fundamentos constitucionais .....	128
2.3.2. Previsões normativas específicas no plano federal.....	132
2.3.3. Os meios adequados de resolução de conflitos e o Poder Público	134
2.3.3.1. Negociação, conciliação e mediação administrativas .....	136
2.3.3.2. Arbitragem e o Poder Público.....	145
2.3.4. Especificidades da aplicação dos meios adequados de resolução de conflitos envolvendo o Poder Público .....	149
2.3.4.1. Isonomia administrativa.....	149
2.3.4.2. Publicidade dos atos administrativos .....	153
2.3.4.3. Pagamento por precatório .....	157
<b>Capítulo 3 – A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.....</b>	<b>161</b>
3.1. Histórico .....	162
3.2. Estrutura e composição .....	164
3.3. Admissibilidade: competência e legitimidade.....	169
3.4. Dinâmica do procedimento .....	185
3.5. Vinculação administrativa quanto aos compromissos assumidos e aos acordos firmados .....	188
3.6. Representações de alguns atores envolvidos.....	200
3.6.1. Entrevista 1.....	201
3.6.2. Entrevista 2 .....	204
3.6.3. Entrevista 3.....	205
3.6.4. Entrevista 4.....	206

3.7. Panorama quantitativo.....	211
<b>Capítulo 4 – Atuação Concreta da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal: Análise de Casos .....</b>	<b>215</b>
4.1. Casos representativos de controvérsia envolvendo matéria ambiental e territorial.....	216
4.1.1. Reserva Biológica do Guaporé x Comunidade Quilombola de Santo Antônio do Guaporé .....	217
4.1.2. Reforma da rodovia BR-319 e o licenciamento ambiental para a realização da obra .....	224
4.2. Casos representativos de controvérsias envolvendo matéria patrimonial.....	225
4.2.1. União x UFRJ e Canecão .....	226
4.2.2. Cessão de imóveis que haviam sido cedidos com cláusula proibitiva de cessão.....	232
4.2.3. União x Companhia Docas do Estado de São Paulo: titularidade de imóvel situado na cidade de Laguna/SC .....	235
4.2.4. Construção de linha de transmissão pela ELETRONORTE passando por terreno da UFRR.....	239
4.2.5. Fazenda Ipanema: ação de reintegração de posse de área ocupada por trabalhadores rurais sem terra, integrantes do MST .....	240
4.3. Casos representativos de controvérsias envolvendo matéria fiscal .....	248
4.3.1. Competência da CCAF para atuar em controvérsias envolvendo matéria tributária .....	249
4.3.2. Município do Recife x União Federal .....	252
4.3.3. Repasse da cota-parte pelo exercício de atividade de exploração mineral .....	256
4.3.4. Isenção tributária do INSS sobre imóveis de sua propriedade .....	260

4.3.5. Exigência da Caixa Econômica Federal de adimplência dos órgãos e entidades da Administração do Estado de Alagoas para celebração de contrato de repasse .....	264
4.4. Casos representativos de controvérsias envolvendo matéria de competência administrativa .....	267
4.4.1. Ministério da Cultura x Ministério das Relações Exteriores: declaração sobre obras de Rodin .....	268
4.4.2. Adequação dos serviços do “banco postal” aos direitos dos consumidores .....	270
4.4.3. FUNASA x FUNAI: problemas e deficiências no atendimento da saúde indígena no Município de Imperatriz/MA .....	275
4.4.4. União x INSS: complementação de pensão de ex-ferroviário .....	277
<b>Conclusão</b> .....	281
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	301